

## Transtorno do Espectro Autista (TEA): Linhas de cuidado e políticas públicas no Brasil



<https://doi.org/10.56238/ciemedsaudetrans-044>

### Kelly de Souza Correa

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – EMESCAM

### Roberta Ribeiro Batista Barbosa

Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado Políticas Públicas e Desenvolvimento Local - EMESCAM.

### Fernando Rocha Oliveira

Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado Políticas Públicas e Desenvolvimento Local - EMESCAM.

### RESUMO

Ao longo dos anos, as políticas públicas voltadas para o Transtorno do Espectro Autista (TEA) evoluíram no Brasil. Apesar disso, ainda enfrentamos desafios, como a ampliação do acesso a serviços especializados e a conscientização da sociedade sobre o TEA. É importante que o diagnóstico seja feito precocemente por uma equipe multidisciplinar, para que o tratamento adequado possa ser iniciado o mais cedo possível. O tratamento envolve diversas intervenções e deve ser

personalizado. Além disso, é essencial que as políticas públicas garantam acesso ao diagnóstico e tratamento de qualidade para todos. O objetivo deste capítulo é analisar as diretrizes do Ministério da Saúde para o tratamento do Transtorno do Espectro Autista e discutir possíveis consequências a longo prazo. Também são abordados desafios relacionados ao diagnóstico e tratamento do autismo no contexto do Sistema Único de Saúde. Trata-se de uma revisão literária narrativa, a qual, visa compreender o desenvolvimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), suas Linhas de Cuidado e as Políticas Públicas no Brasil, por meio da análise da produção científica disponível nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), National Library of Medicine (PubMed), livros e além de outras mídias informativas. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil ainda enfrenta desafios, como a falta de profissionais capacitados e recursos desiguais. Para garantir um atendimento adequado e de qualidade, é necessário investir em capacitação e formação de profissionais, conscientização das famílias e trabalho conjunto entre governo, sociedade civil e famílias sendo possível construir uma sociedade mais inclusiva e acolhedora para pessoas com TEA.

**Palavras-chave:** Autismo, Políticas Públicas, Saúde Pública.

## 1 INTRODUÇÃO

Os conceitos de autismo, esquizofrenia e psicose se confundiram muito ao longo dos anos e foram usados de forma intercambiável por médicos, sendo apenas em 1940, pelo médico Leo Kanner, que começaram as primeiras descrições modernas do que hoje é considerado Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2015).

Tratado ao longo dos tempos como psicose infantil, o autismo, a partir de 1980, passou a ser considerado Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), definição que perdurou por um longo período e que teve sua alteração em 2013 quando foi publicada a quinta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) na qual o autismo passa a ser definido como Transtorno



do Espectro Autista (TEA), estando no grupo dos transtornos do neurodesenvolvimento, sendo o termo utilizado até hoje (Brasil, 2015).

O entendimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil foi gradual e progressivo, resultando na inclusão das crianças autistas no âmbito da saúde brasileira a partir dos anos 90. Esse marco foi possível graças ao surgimento de centros de referência para saúde mental, instituições de apoio e centros de atenção psicossocial. Anteriormente a esse período a discussão sobre esse tema era escassa (Nicoletti, 2021).

A discussão em torno do autismo e o estabelecimento de políticas para esse público tornaram-se mais relevantes com a publicação da Portaria nº 336/2002, que naquela época estabeleceu os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSI) como estrutura prioritária para a atenção psicossocial à criança com autismo no âmbito da saúde pública. É importante ressaltar que o autismo é um transtorno complexo e multifatorial, o que dificulta a definição precisa do mesmo, essa portaria representa um avanço significativo na busca pela compreensão e atendimento adequado às necessidades das crianças com autismo (Honda, 2021).

Pinto *et al.*, (2016) definiram o autismo como uma síndrome comportamental que compromete o desenvolvimento motor e psiconeurológico do indivíduo, ocasionando dificuldades na linguagem, interação social e cognição da criança.

Com etiologia ainda desconhecida, a síndrome é considerada de origem multicausal que engloba as questões genéticas, neurológicas e sociais da criança, tendo a estimativa de 70 casos para cada 10 mil habitantes, sendo quatro vezes mais frequente em meninos (Almeida, 2019).

Fernandes *et al.*, (2017) argumentam que, no Brasil, o acometimento pelo autismo é de 27,2 casos para 10 mil habitantes, tendo uma estimativa de que aproximadamente 500 mil pessoas sofram com o autismo, sendo que em média, uma entre 66 crianças, é diagnosticada com a síndrome, o que a torna um problema de saúde pública, devendo ter uma avaliação das manifestações clínicas, bem como a detecção precoce e atuação em conjunto de diferentes profissionais.

Este capítulo tem como objetivo analisar e discutir as diretrizes e a linha de cuidado proposta pelo Ministério da Saúde em relação ao tratamento do Transtorno do Espectro Autista, levantando e discutindo possíveis consequências a médio e longo prazo. Buscamos fornecer um panorama sobre a questão do tratamento do TEA no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e apontar alguns desafios que podem surgir. Analisar a trajetória das Políticas Públicas voltadas ao TEA no Brasil e levantar os desafios para o diagnóstico e tratamento descrito na literatura científica

## 2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão literária narrativa, realizada durante os meses de julho e agosto de 2023, o qual, visa compreender o desenvolvimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), suas



Linhas de Cuidado e as Políticas Públicas no Brasil, por meio da análise da produção científica disponível. A revisão realiza uma compilação de informações sobre esses tópicos específicos, permitindo a identificação de lacunas de conhecimento relevantes sobre o assunto (Medeiros; Teixeira, 2016).

A busca foi realizada nas bases de dados como Scientific Electronic Library Online (Scielo), National Library of Medicine (PubMed), livros e além de outras mídias informativas. As palavras-chave utilizadas foram “Autismo”, “Políticas Públicas”, “Saúde Pública”, sendo estas pesquisadas no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Realizou-se cinco cruzamentos: "Avaliação de políticas públicas para o autismo na saúde pública"; "Estratégias de intervenção em saúde pública para o autismo: uma análise das políticas públicas"; "Impacto das políticas públicas na saúde pública para indivíduos com autismo"; "Análise comparativa das políticas públicas de saúde pública para o autismo"; "Abordagens metodológicas para avaliação de políticas públicas para o autismo na saúde pública", respectivamente. Na consulta da base de dados SciELO foram utilizados os filtros

Para serem incluídos nesta revisão, os artigos científicos deveriam ter os seguintes critérios: Artigos de natureza científica, que tinham objetivos de pesquisa semelhantes em que analisassem o impacto das políticas públicas voltadas para o autismo no Brasil, identificando as lacunas existentes na implementação e propondo estratégias de aprimoramento das linhas de cuidado para indivíduos autistas, bem como foi priorizado artigos disponíveis na íntegra e que se tratassem sobre linhas de cuidados e políticas públicas para autistas no Brasil. Nos seguintes idiomas: português, inglês e espanhol. Foram aceitos trabalhos com desenho do estudo de corte transversal, corte, relatos de caso e relatos de experiência, além de teses de mestrado e doutorado. O trabalho também só foi incluso no estudo se realizado com pessoas que possuíam espectro do transtorno autista e também estavam relacionados com tema direcionado a saúde, seja nas áreas de medicina, saúde coletiva ou demais especialidades, com enfoque em saúde.

Foram excluídos os artigos que não foram de interesse ao assunto da pesquisa ou que não tenham sido publicados em periódicos científicos indexados.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

O histórico das políticas públicas voltadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem evoluído ao longo dos anos e de acordo com Santos e colaboradores (2020) no Brasil, a primeira ação governamental para pessoas com deficiência foi em 1854 com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Na década de 1970, surgiram as primeiras iniciativas para atendimento educacional especializado de crianças com deficiência mental.



Em 1999, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a oferta de educação especial para alunos com deficiência. Em 2012, foi criada a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, que tem como objetivo assegurar a inclusão social dessas pessoas (Brasil 1997). No entanto, ainda há muitos desafios a serem superados, como a ampliação do acesso aos serviços especializados de saúde e educação, assim como a conscientização a respeito do TEA na sociedade em geral.

A Constituição Federal de 1988 determina, em seu artigo 196, que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

Para tanto, o SUS se organiza a partir das diretrizes de descentralização, regionalização e controle social. Em outras palavras, propõe-se que os serviços de saúde estejam próximos do território vivido pelas pessoas, respeitando a identificação de especificidades de suas regiões em que todos os brasileiros possam participar ativamente da construção e qualificação desse sistema, destacando-se por afirmar a universalidade, incluindo ações de diferentes complexidades para corresponder às diferentes necessidades de saúde da população (Brasil, 2005).

No final de 2011, foi instituída, pela Portaria nº 3.088, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Após a promulgação, houve um avanço considerável em relação à implantação da rede de serviços comunitários/territoriais de saúde mental. Neste sentido, cabe destacar o lugar estratégico dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (Marçal, 2018).

Em 2012 foi aprovada a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), também conhecida como Lei Berenice Piana, teve um impacto significativo no reconhecimento e na garantia dos direitos das pessoas com TEA no Brasil. Essa legislação representa um avanço importante na luta pela inclusão e igualdade de tratamento para indivíduos dentro do espectro autista, fornecendo diretrizes claras e abrangentes para a promoção de seus direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho e acesso à justiça (Moulina, 2021).

A partir dessa lei, o Estado brasileiro passou a se responsabilizar por oferecer assistência integral e multidisciplinar às pessoas com TEA, a fim de proporcionar uma vida digna e o desenvolvimento de suas potencialidades. Além disso, a Lei Berenice Piana busca garantir a participação e a acessibilidade dessas pessoas em todas as esferas da sociedade, promovendo a inclusão social e combatendo a discriminação e o preconceito. Apesar dos avanços conquistados, ainda há desafios a serem enfrentados, como a implementação efetiva das políticas previstas na lei, a conscientização e a capacitação de profissionais que lidam com pessoas com TEA e a ampliação de recursos destinados a essa população (Lima, 2023).



Em 2014, foi um marco importante para o tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), com a implementação de novas diretrizes voltadas para a atenção e acompanhamento dessa condição. Esse conjunto de diretrizes buscava estabelecer um padrão profissional de abordagem, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas com TEA. Através de uma compreensão mais aprofundada das necessidades específicas dos indivíduos no espectro autista, as diretrizes foram desenvolvidas para auxiliar profissionais da área da saúde, educação e assistência social a adaptarem suas práticas e oferecerem um suporte adequado, considerando a individualidade de cada pessoa com TEA (Silva, 2020).

Com ênfase na importância da escuta empática, o papel do profissional é fundamental neste processo, pois deve adotar um tom profissional, estabelecendo uma comunicação clara e assertiva. Além disso, as diretrizes ressaltam a necessidade de utilizar estratégias como a modulação do tom de voz e a adequação da linguagem, levando em conta a sensibilidade sensorial e a comunicação não verbal das pessoas com TEA. Dessa forma, o objetivo é proporcionar um ambiente acolhedor e inclusivo, no qual todos os indivíduos no espectro autista tenham igualdade de acesso a oportunidades de desenvolvimento e bem-estar (Costa, 2022).

Em 2015, foi introduzida uma nova linha de cuidado voltada para o Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma condição neurodesenvolvimental que afeta a comunicação, interação social e comportamentos restritos e repetitivos. Essa linha de cuidado foi elaborada por profissionais da área da saúde e tem como objetivo principal otimizar o diagnóstico precoce, promover intervenções multidisciplinares adequadas e oferecer suporte contínuo às famílias afetadas pelo TEA (Araújo, 2023).

Por meio de um enfoque profissional, essa linha de cuidado busca garantir que as necessidades individuais de cada pessoa com TEA sejam atendidas, desde a infância até a idade adulta, levando em consideração aspectos como a melhoria da qualidade de vida, inclusão social, autonomia e independência. O tom do parágrafo é profissional, transmitindo informações objetivas sobre a importância dessa linha de cuidado e como ela pode beneficiar aqueles que vivem com TEA e suas famílias (Matias, 2023).

### 3.2 AUTISMO E AS VERTENTES DE UM DIAGNÓSTICO

Apesar de o manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais fornecer os critérios básicos para a determinação do diagnóstico de autismo, em termos práticos, o processo diagnóstico não é tão simples quanto pode parecer. Além da grande diversidade de manifestação dos sintomas autísticos, existe também uma grande variedade em relação ao momento em que a criança começa a exibir cada um dos diferentes sintomas, bem como diferenças individuais no perfil desenvolvimental de cada criança e das comorbidades que podem estar presentes em diferentes casos (Apa, 2013).



Segundo Silva (2009), houveram enormes avanços nos últimos tempos em questão à identificação precoce e ao diagnóstico de autismo, porém, ainda assim, muitas crianças, especialmente no Brasil, continuam por muitos anos sem um diagnóstico ou com diagnósticos inadequados. Em diversos países, como nos Estados Unidos, por exemplo, a média de idade das crianças diagnosticadas tem sido de 3 a 4 anos, no entanto, muitos pais já começam a notar que existe algum problema com a sua criança até no primeiro ano de vida (Silva, 2009).

Algumas recomendações que facilitariam o diagnóstico precoce: a avaliação do desenvolvimento de crianças e avaliação psiquiátrica para todas as crianças devem rotineiramente incluir questões sobre a sintomatologia do transtorno de espectro autista (TEA); a triagem indicar sintomas significantes de TEA, uma avaliação diagnóstica completa deve ser realizada para determinar a presença de TEA e os médicos clínicos devem coordenar o atendimento multidisciplinar apropriado para as crianças com TEA (Volkmar *et al.*, 2014).

Uma das principais dificuldades em realizar o diagnóstico precoce do autismo são as inúmeras condições clínicas adversas e comorbidades associadas, que infelizmente acabam por se confundir com o TEA ou agravar o quadro e resultar em diagnósticos equivocados. Por isso é tão importante a capacitação dos profissionais, para que saibam distinguir as condições clínicas características de cada transtorno e as possíveis comorbidades associadas a cada caso, por mais semelhantes que esses possam se parecer (Oliveira, 2019).

### 3.3 A CONSTRUÇÃO DAS LINHAS DE CUIDADO DO AUTISMO

O Ministério da Saúde elaborou as Linhas de Cuidado do TEA. O objetivo é estabelecer diretrizes que orientem os profissionais de saúde e as famílias no tratamento das pessoas com TEA, garantindo um atendimento integral e humanizado, sendo as linhas de cuidado compostas por um conjunto de orientações, estratégias de cuidado, procedimentos e tecnologias que visam o atendimento qualificado e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com autismo (Brasil, 2015).

A primeira etapa do itinerário terapêutico é o diagnóstico precoce. O diagnóstico é realizado por uma equipe multidisciplinar, composta por psiquiatras, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros profissionais, logo quanto mais cedo for identificado o transtorno, maiores serão as possibilidades de intervenção adequada e efetiva (Lima *et al.*, 2018).

O tratamento do TEA envolve diversas intervenções, como terapias comportamentais, intervenções educacionais, terapias ocupacionais, medicamentos, entre outras. O tipo de abordagem utilizada deve ser decidido em conjunto com a equipe multidisciplinar, considerando as necessidades individuais de cada criança, vale ressaltar que o tratamento deve ser contínuo e personalizado, acompanhado de perto pelos profissionais envolvidos (Rabelo, 2021).



### 3.4 O DIREITO A SAÚDE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDE PARENTERAL DE PESSOAS COM TEA

É essencial que as políticas públicas promovam o acesso ao diagnóstico e tratamento de qualidade para todos, independentemente da classe social ou região geográfica. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, aprovada em 2012, estabeleceu diretrizes para garantir o direito à saúde, educação, acessibilidade e inclusão social para as pessoas com TEA (Figueredo, 2023).

As políticas públicas também desempenham um papel importante no apoio a rede parenteral de pessoas com TEA, pois as interações familiares podem ser afetadas pelo autismo, pois indivíduos com essa condição podem apresentar dificuldades em se comunicar e interagir socialmente, podendo gerar estresse e tensão nas relações familiares, que muitas vezes precisam se adaptar para atender às necessidades desse indivíduo (Costa, 2022).

As estratégias de enfrentamento são outro aspecto importante a ser considerado, pois indivíduos com TEA podem ter dificuldades em lidar com situações desafiadoras, o que pode gerar ansiedade e comportamentos desafiadores, dessa forma as famílias precisam desenvolver estratégias para lidar com essas situações e ajudar o indivíduo com TEA a se sentir seguro e confortável (Lemos; Salomão, 2022).

Uma das alternativas para lidar com esses desafios é a participação em programas de treinamento de pais oferecendo orientações e estratégias para ajudar as famílias a lidar com as dificuldades do TEA, podendo incluir informações sobre comunicação, comportamento e habilidades sociais, bem como aconselhamento e suporte emocional. Além disso, o suporte social é uma alternativa importante para as famílias que lidam com o TEA, sendo inseridos a grupos de apoio, terapia familiar, serviços de respiro e outras formas de ajuda prática e emocional. Esses recursos podem ajudar as famílias a lidar com o estresse e a ansiedade associados a condição e a encontrar maneiras de apoiar o indivíduo com essa condição (Marcato; Lima, 2022).

É importante que as famílias busquem ajuda e suporte para lidar com os desafios do TEA e melhorar a qualidade de vida de todos os membros da família, através das políticas públicas é possível ter financiamento para serviços de suporte, programas de treinamento de pais e outras formas de ajuda prática, aumentando a conscientização sobre o autismo e a reduzir o estigma associado a essa condição (Proença, 2023).

Estima-se que cerca de 2 milhões de pessoas no Brasil possuam algum grau de autismo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, apesar de existirem políticas públicas voltadas para essa população e de ser uma condição cada vez mais conhecida, ainda existem muitas lacunas no que diz respeito aos autistas exercerem plenamente a sua cidadania, se



tornando necessário que os poderes governamentais promovam ações que garantam a sua inclusão social e o seu acesso aos direitos básicos (Carvalho, 2022).

### 3.5 ODS 2030 E SUAS PERSPECTIVAS PARA O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS 2030), é uma agenda global adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo até 2030. Entre as metas deste plano global está a promoção da saúde e do bem-estar para todas as pessoas, independentemente de sua condição (Bertei, 2022).

É relevante destacar a questão do autismo e a sua relação com a saúde, pois por ser uma condição que pode manifestar-se de diferentes maneiras em cada indivíduo, é fundamental que haja uma atenção integral à saúde dessas pessoas, considerando suas necessidades e particularidades. A implementação dos objetivos do ODS 2030 pode ser uma estratégia importante para garantir o acesso à saúde de qualidade e a inclusão social de pessoas com autismo (Gonçalves, 2020).

É importante destacar a relevância da saúde na inclusão de pessoas com autismo e para garantir inclusão é fundamental que elas tenham acesso a serviços de saúde adequados e de qualidade. Isso inclui desde o diagnóstico precoce e o tratamento especializado até a promoção de ações que visem à melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e suas famílias (Santos, 2017).

Além disso, é preciso que haja uma conscientização por parte da sociedade em relação ao autismo, de forma a combater o preconceito e a discriminação. A inclusão social de pessoas com autismo passa necessariamente pela promoção da educação inclusiva, do acesso ao mercado de trabalho e da participação em atividades culturais e esportivas (Lima, 2022).

O estudo em políticas públicas se torna fundamental, uma vez que por meio de estudos e pesquisas é possível identificar as principais demandas e necessidades dos autistas, bem como as melhores estratégias para garantir a sua inclusão social, pois o estudo em políticas públicas permite avaliar a eficácia das ações já implementadas e propor novas medidas para aprimorar a assistência aos autistas (Loureiro, 2023).

No entanto, ainda é preciso fomentar mais estudos voltados ao autismo, uma vez que se faz importante que as universidades, os centros de pesquisa e as instituições governamentais invistam em pesquisas que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos autistas e para a promoção da sua inclusão social (Caron Neto *et al.*, 2022).

Entre as principais áreas que precisam de mais estudos, podemos destacar a educação inclusiva, a saúde mental, a acessibilidade e a empregabilidade dos autistas. São temas que demandam uma abordagem multidisciplinar e que podem gerar resultados significativos para a população autista (Silva, 2022).



Portanto conforme Da Silva e De Freitas (2022), é fundamental que a sociedade como um todo se mobilize para fomentar estudos voltados ao autismo e para pressionar as autoridades governamentais a promover políticas públicas que garantam a inclusão social dos autistas.

Em resumo, as políticas públicas são fundamentais para garantir que as pessoas com autismo tenham acesso aos serviços de apoio essenciais. Além disso, é importante que haja uma conscientização sobre o transtorno e a promoção da inclusão social. Com essas ações, podemos trabalhar para alcançar a meta dos ODS 2030 relacionada ao autismo e garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos (Costa; Fernandes, 2018).

Somente assim será possível garantir que essa população possa exercer plenamente a sua cidadania e ter acesso aos direitos básicos que lhe são devidos, além disso, as políticas públicas podem desempenhar um papel importante no apoio às famílias, pois se torna importante que os indivíduos e suas famílias tenham acesso a esses recursos para ajudá-los a lidar com o autismo de maneira eficaz (Soares *et al.*, 2023).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa que requer uma abordagem integrada e individualizada. As linhas de cuidado e políticas públicas no Brasil desempenham um papel fundamental na garantia de um atendimento adequado e de qualidade destes indivíduos.

Através da implementação de políticas inclusivas, como a Lei Berenice Piana, que assegura os direitos das pessoas com TEA, e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com autismo, que busca ampliar o acesso a diagnóstico precoce e tratamento multidisciplinar, o Brasil tem avançado na promoção da inclusão e no fortalecimento dos direitos. Todavia, ainda existem desafios a serem superados, como a falta de profissionais capacitados e a desigualdade na distribuição de recursos.

É necessário investir em capacitação e formação de profissionais da saúde e educação, além de promover a conscientização e o empoderamento das famílias, para garantir uma rede de cuidados eficiente e acessível. Somente através do trabalho conjunto entre governo, sociedade civil e famílias, será possível construir uma sociedade mais inclusiva e acolhedora para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Hércules Heliezio Pereira; DE LIMA, Joelson Pinheiro; BARROS, Karla Bruna Nogueira Torres. Cuidado farmacêutico às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): contribuições e desafios. Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC), v. 5, n. 1, 2019.
- ARAÚJO, Aline Oliveira de. O processo de transição da criança com Transtorno do Espectro do Autismo para o ensino fundamental: preocupações de mães em Brasília. 2023. Tese de Doutorado.
- BERTEI, Angela Costella. Criação da agenda sensorial para autistas com base no uso da Tecnologia Assistiva (TA), Comunicação Aumentativa (CA) e na ODS saúde e bem-estar. Salão do Conhecimento, v. 8, n. 8, 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Dape. Coordenação-Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. In: Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 Anos Depois de Caracas, 2005. [Anais...]. Brasília: Opas, 2005.
- BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1997.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. 1ª ed. Brasília. Editora do Ministério da Saúde, 2015.
- CARON NETO, Aroldo Galli *et al.* A Percepção dos Atores sobre as Políticas Públicas voltadas às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, em Idade Escolar, na Cidade de Foz do Iguaçu-PR. 2022. Dissertação de Mestrado.
- CARVALHO, Felipe Pinto *et al.* Autismo E Inclusão: Um Estudo Sobre Os Profissionais E Metodologias Utilizadas Na Área Da Educação. Revista H-TEC Humanidades e Tecnologia, v. 6, n. 2, p. 43-61, 2022.
- COSTA, Marli Marlene Moraes; FERNANDES, Paula Vanessa. Autismo, cidadania e políticas públicas: As contadições entre igualdade formal e igualdade material. Revista do Direito Público, v. 13, n. 2, p. 195-229, 2018.
- COSTA, Michelle Hilário da. Inclusão do aluno diagnosticado com transtorno do espectro autista na educação infantil. 2022.
- COSTA, Suelia Alves da. Transtorno do Espectro Autista: desafios e perspectivas no atendimento de profissionais de saúde em um centro de reabilitação na região Seridó Potiguar. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



DA SILVA<sup>67</sup>, Raphael Batista; DE FREITAS<sup>68</sup>, Matheus Costa. Os Avanços E Desafios Da Aplicação Da Lei Do Autismo Como Ferramenta De Efetivação De Direitos E Garantias Fundamentais. *Revista Arandu-Norteando Direitos*. Rio Branco-AC, v. 2, n. 1, p. 281-308, 2022.

DIAS, Renan Italo Rodrigues. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum: desafios e possibilidades. *EaD & Tecnologias Digitais na Educação*, v. 7, n. 9, p. 123-130, 2019.

FERNANDES, Livia; PORTELA, Fernanda S.; MOREIRA, Pablo M.B.; FERNANDES, Mauro T. Perfil do uso de Medicamentos em Pacientes Autistas Acompanhados na APAE de um Município do Interior da Bahia. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, Maio de 2017, vol.11, n.35, p.301-316. ISSN: 1981-1179.

FIGUEIREDO, Thamyres Silverio *et al.* Análise do Comportamento Aplicada: a importância de políticas públicas para o diagnóstico precoce em casos de pessoas com transtorno do espectro autista. *Unisanta Law and Social Science*, v. 11, n. 2, p. 65-77, 2023.

GONÇALVES, Jéssica Paula et al. Os diferentes discursos sobre o autismo. *Salão do Conhecimento*, v. 6, n. 6, 2020.

HONDA, Fernanda Ramaglia. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ABORDAGEM SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O ACESSO À SOCIEDADE. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

IBGE EDUCA. Pessoas com deficiência. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-comdeficiencia.html>.

LE MOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. Jovens com transtorno autista, suas mães e irmãos: vivências familiares e modelo bioecológico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 38, 2022.

LIMA, Bruna da Conceição de *et al.* O itinerário terapêutico de famílias de crianças com câncer: dificuldades encontradas neste percurso. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 39, 2018.

LIMA, Claudete Veiga De. Autoestigma de mães de estudantes com transtorno do espectro autista do município de Niterói–Rio de Janeiro. 2022.

LIMA, Maria Elza Pereira de. Acessibilidade em educação: uma análise do Plano Estadual de Educação de Pernambuco voltado a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

LOUREIRO, Walk. A Docência No Trabalho Com Alunos Com Transtorno Do Espectro Autista: Conhecendo as dificuldades, propondo caminhos. *Formação@ Docente*, v. 15, n. 1, 2023.

MARÇAL, Fabiano Candido. Acesso de novos usuários aos Centros de Atenção Psicossocial nas Áreas de Planejamento 3.1, 3.2 e 3.3, no município do Rio de Janeiro, sob a perspectiva da gestão dos serviços. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARCATO, Daniela; LIMA, Thainara Gouveia de. Da Formação Inicial À Carreira Docente: Alternativas Para Superação Dos Desafios Encontrados Por Professores Iniciantes. *Revista Diálogos Interdisciplinares*, v. 1, n. 10, p. 159-178, 2022.



MATIAS, Francine de. A formação continuada no contexto da educação inclusiva: contribuições para as práticas pedagógicas de professores do Município de Caçador-SC. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

MEDEIROS, Horácio Pires; TEIXEIRA, Elizabeth. Metodologia da pesquisa para a enfermagem e saúde: resenha de livro. Revista Brasileira de Enfermagem, [S.L.], v. 69, n. 5, p. 1000-1001, out. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

MENESES, Elieuzza Andrade *et al.* Transtorno do espectro autista (TEA) e a linguagem: a importância de desenvolver a comunicação. Revista Psicologia & Saberes, v. 9, n. 18, p. 174-188, 2020.

MOLINA, Lina Maria Moreno *et al.* Análise da política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtornos do espectro autista e os impactos no Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia de uma Universidade Pública. 2021. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba Centro de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado em Educação, João Pessoa, 2021.

NICOLETTI, Maria Aparecida; HONDA, Fernanda Ramaglia. Transtorno do Espectro Autista: uma abordagem sobre as políticas públicas e o acesso à sociedade. Infarma-Ciências Farmacêuticas, v. 33, n. 2, p. 117-130, 2021.

OLIVEIRA, Maria Vitória Melo *et al.* Rastreamento precoce dos sinais de autismo infantil: Um estudo na atenção primária à saúde. Revista Arquivos Científicos (IMMES), v. 2, n. 2, p. 48-53, 2019.

PINTO, R.N.M; TORQUATO, I.M.B; COLLET, Neusa; REICHERT, A.P.S; NETO, V.L.S; SARAIVA, A.M. Autismo Infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. Revista Gaúcha de Enfermagem. Porto Alegre. V.3, n.37. 2016.

PROENÇA, Michelle Alves Müller. Cada Caso é um Caso: Caminhos para a Inclusão no Ensino Comum. Editora Appris, 2023.

RABELO, Yasmin Castro *et al.* PARTICULARIDADES, INDIVÍDUO E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO COM BASE NA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL. 2021. 23 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Unifucamp - Centro Universitário Mário Palmério, Minas Gerais, 2021.

SANTOS, Isabelle Sercundes. A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA SALA REGULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: das políticas educacionais às práticas pedagógicas em João Pessoa-PB. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba Centro de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado em Educação, João Pessoa, 2020.

SANTOS, Liana Vale Marques dos. O meu mundo é o teu mundo: estratégias de inclusão de alunos com autismo em escolas regulares. Revista Lusofona de Educacao, v. 36, n. 36, 2017.

SILVA, A. B. B. Mundo singular: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Helaine Marques da Silva. A reivindicação e a garantia do direito à saúde da pessoa com transtorno do espectro autista no Distrito Federal. 2020. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Saúde Coletiva)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.



SILVA, Jaqueline et al. As Compreensões De Professores Da Educação Infantil Sobre O Trabalho Pedagógico Com Crianças Com Transtorno Do Espectro Autista (Tea) Nas Escolas Municipais De Educação Infantil De Jaguarão. Nova Revista Amazônica, v. 10, n. 3, p. 07-22, 2022.

SOARES, Anays Alves *et al.* ANÁLISE DO PERFIL E DOS DIREITOS DE USUÁRIOS ATENDIDOS NO SERVIÇO ATENDE+ DE SÃO PAULO. Cadernos da FUCAMP, v. 22, n. 56, 2023.

VOLKMAR, F. et al. Practice Parameter for the Assessment and Treatment of Children and Adolescents With Autism Spectrum Disorder. Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry - JAACAP. Fev, 2014, vol. 53. p 237-257.